

# **Por uma história da COVID-19**



Copyright © 2022, Ian Kisil Marino & Thiago Lima Nicodemo (organizadores).

Copyright © 2022, Editora Milfontes.

Rua Carijós, 720, Lj. 01, Ed. Delta Center, Jardim da Penha, Vitória, ES, 29.060-700.

**Compra direta e fale conosco:** <https://editoramilfontes.com.br>

[editor@editoramilfontes.com.br](mailto:editor@editoramilfontes.com.br)

Brasil

### Editor Chefe

Prof. Dr. Bruno César Nascimento

### Conselho Editorial

Prof. Dr. Alexandre de Sá Avelar (UFU) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Aline Trigueiro (UFES) • Prof. Dr. André Ricardo Vasco Valle Pereira (UFES) • Prof. Dr. Anthony Pereira (King's College, Reino Unido) • Prof. Dr. Antônio Leal Oliveira (UVV) • Prof. Dr. Arnaldo Pinto Júnior (UNICAMP) • Prof. Dr. Arthur Lima de Ávila (UFRGS) • Prof. Dr. Arthur Octávio de Melo Araújo (UFES) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Catherine Reginensi (UENF) • Prof. Dr. César Albenes de Mendonça Cruz (EMESCAM) • Cilmir Franceschetto (Arquivo Público do Estado do ES) • Prof. Dr. Cristiano P. Alencar Arrais (UFG) • Prof. Dr. Diogo da Silva Roiz (UEMS) • Prof. Dr. Edson Maciel Junior (UFES) • Prof. Dr. Eurico José Gomes Dias (Universidade do Porto) • Prof. Dr. Fábio Franzini (UNIFESP) • Prof. Dr.<sup>ª</sup>. Flavia Nico Vasconcelos (UVV) • Dr.<sup>ª</sup>. Flavia Ribeiro Botechia (UFES) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Fernanda Mussalim (UFU) • Prof. Dr. Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Helena Miranda Mollo (UFOP) • Prof. Dr. Heraldo Ferreira Borges (Mackenzie) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Janice Gusmão (PMS-Gestão) • Prof. Dr. João Pedro Silva Nunes (Universidade Nova de Lisboa, Portugal) • Prof. Dr. Josemar Machado de Oliveira (UFES) • Prof. Dr. Júlio Bentivoglio (UFES) • Prof. Dr. Jurandir Malerba (UFRGS) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Karina Anhezini (UNESP - Franca) • Prof. Dr. Leandro do Carmo Quintão (IFES-Cariacica) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Lucia Bogus (PUC/SP) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Luciana Nemer (UFF) • Prof. Dr. Márcio Seligmann-Silva (UNICAMP) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Maria Beatriz Nader (UFES) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Maria Cristina Dadalto (UFES) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Marina Temudo (Tropical Research Institute, Portugal) • Prof. Dr. Marcelo de Mello Rangel (UFOP) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Marta Zorzal e Silva (UFES) • Prof. Dr. Nelson Camatta Moreira (FDV) • Prof. Dr. Pablo Ornelas Rosa (UVV) • Prof. Dr. Paulo Gracino de Souza Jr. (IUPERJ) • Prof. Dr. Paulo Roberto Neves da Costa (UFPR) • Prof. Dr. Rafael Cerqueira do Nascimento (IFES-Guarapari) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Rebeca Gontijo (UFRRJ) • Prof. Dr. Renato de Almeida Andrade (UFES) • Prof. Dr. Ricardo Marques de Mello (UNESPAR) • Prof. Dr. Rogério Naques Faleiros (UFES) • Prof.<sup>ª</sup>. Me. Sátina Priscila Pimenta Mello (Multivix/ Estácio) • Prof. Dr. Sérgio Alberto Feldman (UFES) • Prof. Dr. Timothy Power (University of Oxford, Reino Unido) • Prof. Dr. Thiago Lima Nicodemo (UNICAMP) • Prof. Dr. Ueber José de Oliveira (UFES) • Prof. Dr. Valdeci Lopes de Araujo (UFOP) • Prof. Dr. Vitor de Angelo (UVV) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Verónica Tozzi (Universidad de Buenos Aires) • Prof.<sup>ª</sup>. Dr.<sup>ª</sup>. Zaira Bomfante dos Santos (CEUNES - UFES) • Prof. Dr. Wilberth Claython Ferreira Salgueiro (UFES) • Prof. Dr. William Berger (UFES) • Prof.<sup>ª</sup>. Dra. Adriana Pereira Campos (UFES) • Prof.<sup>ª</sup>. Dra. Carla Noura Teixeira (UNAMA) • Prof. Dr. Carlos Garriga (Universidad del Pais Vasco, Esp) • Prof. Dr. Claudio Jannotti da Rocha (UFES) • Prof. Dr. Claudio Madureira (UFES) • Prof. Dr. Daniel Mitidiero (UFRGS) • Prof. Dr. Edilton Meireles de Oliveira Santos (UFBA) • Prof. Dr. Gilberto Stürmer (PUC/RS) • Prof. Dr. Juliano Heinen (FMP) • Prof. Dr. Leonardo Carneiro da Cunha (UFPE) • Prof. Dr. Marco Antônio Rodrigues (UERJ) • Prof. Dr. Márcio Cammarosano (PUC/SP) • Prof.<sup>ª</sup>. Dra. Mariana Ribeiro Santiago (UNIMAR) • Prof. Dr. Platon Teixeira de Azevedo Neto (UFG) • Prof. Dr. Ricardo José de Brito Pereira (UDF) • Prof.<sup>ª</sup>. Dra. Viviane Coelho de Sellos-Koerr (UNICURITIBA)

Ian Kisil Marino  
Thiago Lima Nicodemo  
(organizadores)

# **Por uma história da COVID-19**

iniciativas de memória da pandemia no Brasil



**EDITORA MILFONTES**  
Vitória, 2022

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação digital) sem a permissão prévia da editora.

### Revisão

De responsabilidade exclusiva dos organizadores

### Capa

Imagem da capa:

*Autor: não citado, logo, tenho declarado que não existe intenção de violação de propriedade intelectual*

Semíramis Aguiar de Oliveira Louzada - *aspectos*

### Projeto Gráfico e Editoração

Edjalma Nepomoceno Pina

### Impressão e Acabamento

Maxi Gráfica e Editora

## Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

O87m SOBRENOME, Nome.

Título do livro: subtítulo/ nome e sobrenome

Vitória: Editora Milfontes, 2021.

páginas p.: 23 cm.

ISBN:

1. palavra chave 2. palavra chave 3. palavra chave I. Sobrenome, Nome  
II. Título.

CDD

# Sumário

Introdução: uma história da luta por histórias.....	7
Arquivos da pandemia: memórias da comunidade Fiocruz. Possibilidades e desafios de um acervo colaborativo .....	29
Fala Parente! relatos indígenas sobre a COVID-19.....	51
Relatos do cotidiano durante a pandemia: diário coletivo em um grupo no Facebook.....	69
Projeto <i>Escola em quarentena</i> : aflições, memórias e devires da educação na pandemia.....	89
Diários da Quarentena: <i>podcast</i> como representação dos dias de pandemia .....	109
Timeline Covid-19: produção de visibilidades e cronologia de um flagelo documentado na web.....	127
#MemóriasCovid19: narrativas de um trauma em tempo real .....	143
As margens da pandemia: relatos de maternidades - coleta, edição e arquivo.....	155
Educação na imprensa online: contribuições para os estudos sobre as Humanidades Digitais .....	169

Labium Imagem na Quarentena: narrativas visuais autorais sobre a pandemia em Alagoas.....	185
Diários de Emergência COVID-19: Rio de Janeiro, Brasil, Norte a Sul e brasileiros no Exterior .....	197
<i>Quarentenas Amazônicas</i> mostrou impactos da pandemia sobre sociedades tradicionais e originárias da Amazônia.....	219
Documentando a experiência da COVID-19 no Rio Grande do Sul: reflexões sobre entrevistas a distância e sobre a História Oral da pandemia .....	229
Não voltaremos a 16 de março de 2020: testemunhos do isolamento e memórias da Covid-19.....	247
Cartografia das Memórias.....	263
Mapeando iniciativas de coleta da COVID-19 na Internet .....	273
Pandemias na Amazônia: narrativas sobre vida, corpo e ecologia.....	289
Projeto Reflexões: (In)Visíveis, COVID-19 e Memórias.....	301

# Introdução

## uma história da luta por histórias

*Ian Kisil Marino*  
*Thiago Lima Nicodemo*

Histórias não se contam sozinhas. Felizes ou tristes, épicas ou monótonas, para serem contadas as histórias demandam um esforço prévio, uma ação humana. Isso vale tanto para as fábulas e demais narrativas ficcionais quanto para as histórias verídicas, ou que ao menos buscam sê-las a partir do respaldo de evidências. A história da pandemia de COVID-19 envolverá o esforço de encadear acontecimentos na trama narrativa da maior tragédia global dos nossos tempos. E como não se trata de ficção – ainda que tudo isso pareça ter saído de um roteiro dramático de cinema –, será impossível que se conte essa história sem evidências que possam ampará-la com segurança.

Os vestígios históricos da pandemia apontam para todos e estão espalhados por todo o mundo. Exatamente por isso, apontou Dipesh Chakrabarty, trata-se de um novo padrão de evento global.<sup>1</sup> E não fomos (ou, somos) somente vítimas da COVID-19

---

<sup>1</sup> Cf. CHAKRABARTY, Dipesh. An Era of Pandemics? What is Global and What is Planetary About COVID-19. *Critical Inquiry*, 2020. Disponível em: <https://critinq.wordpress.com/2020/10/16/an-era-of-pandemics-what-is-global-and-what-is-planetary-about-covid-19/>. Acesso: 20 out. 2020.

e de seus desdobramentos sanitários, políticos, socioemocionais e econômicos: somos todos testemunhas desse evento.<sup>2</sup> Entretanto, se a produção de documentos desse período não poderia ser maior, a preservação dessas pistas não é automática ou simples, pelo contrário. Como captar vestígios que representem a variedade de agentes e locais atingidos pela pandemia? Qual o formato desses documentos? Como organizá-los? Onde dispô-los para que sejam acessados? Como preservá-los de forma permanente?

Essas questões são globais e extremamente difíceis de responder. É até improvável que haja uma resposta universal para todas elas, já que a especificidade de cada agente envolvido demanda respostas particulares. De todo modo, buscar essas soluções é a luta para que um dia se possa contar a história da pandemia. Como dito de antemão: não se trata de um processo natural, mas depende da ação humana.

Este livro registra o esforço para que um dia se possa contar a história da COVID-19 no Brasil. Com contribuições de todas as regiões brasileiras, envolvendo os mais diferentes agentes e as mais criativas respostas às questões colocadas acima, este livro conta uma história da luta por histórias, a partir da perspectiva de seus protagonistas. Os capítulos registrados são registros por si, arquivos de arquivos, que caracterizam uma forma específica de se lidar com memórias e vestígios históricos.

Os relatos reflexivos de adiante informam sobre as formas de preservação de um evento disruptivo global e traumático, o que por si só descortina algumas das mais importantes questões historiográficas e arquivísticas do nosso tempo. Afinal de contas, ao ampliarmos a percepção sobre a noção de “arquivo”, percebemos como ela incorpora um senso de dispositivo de poder, como discutido por Foucault e Derrida. Arquivo é a instância que arbitra sobre a permanência ou não de vestígios,

---

<sup>2</sup> Cf. KEATING, Joshua. Covid-19 Is the First Truly Global Event. *The Slate*, 2020. Disponível em <https://slate.com/news-and-politics/2020/05/covid-19-global-event-pandemic.html>.

condicionando a escrita de histórias cujos indícios e fontes preserva. Assim, se arquivos mudam de forma ou de aparência no tempo, a urgência da sua ação é sempre fundamental, já que é fundada à sua capacidade de preservação que se credita a possibilidade do fazer historiográfico.<sup>3</sup> Essas questões tornam-se todas ainda mais graves e complexas quando se nota que se trata de vestígios que foram, em grande parte, produzidos ou mediados por tecnologias digitais. Variando conforme os agentes, locais e tipos de documentos registrados, as iniciativas que falam em seguida registram emoção e voluntarismo, mas também denunciam a precarização estrutural de um país periférico, gerido na pandemia por negacionistas e irresponsáveis. Essa é a grande força dos textos que seguem, cujos principais temas transversais serão brevemente apontados nas linhas que seguem.

## Relatos da catástrofe

Sob qual perspectiva se deve narrar uma história? É claro que não há uma regra, e a capacidade de articulação de diferentes eixos narrativos é uma virtude das boas histórias. Entretanto, é comum que se procure narrar determinados acontecimentos a partir de seus protagonistas, ou seja, daqueles que viveram mais intensamente os eventos em questão. A ascensão da literatura de testemunho, impulsionada na segunda metade do século XX, baseia-se nesse raciocínio: para que se narre eventos catastróficos, como guerras, nada mais ardente do que o testemunho daqueles que estiveram em combate. Por serem sobreviventes, seriam os mais próximos das vítimas cuja intensidade da vivência do ocorrido levou à morte.<sup>4</sup> Os testemunhos são centrais para as próprias vítimas, para que possam canalizar seus traumas e receber reconhecimento da sua dor. Contudo, o gênero possui

---

<sup>3</sup> MARINO, Ian K.; SILVEIRA, Pedro T. da Silveira; NICODEMO, Thiago L. Arquivo, memória e Big Data: uma proposta a partir da Covid-19. *Cadernos do Tempo Presente*. v. 11, n. 1, p. 90-103, 2020.

<sup>4</sup> Cf. AGAMBEN, Giorgio. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo, 2008.

ainda outros dois efeitos importantes: primeiro, a capacidade de deslocamento do eixo narrativo, da forma de se contar histórias; segundo, a composição documental da luta por uma justiça de transição.<sup>5</sup>

Sobre o primeiro ponto: a partir do reconhecimento do protagonismo das vítimas, poderia ser produzida uma história cujo sentido catastrófico teria um efeito político e transformador quanto às bases epistêmicas da disciplina. Márcio Seligmann-Silva fala de uma “nova ética e estética da historiografia” que se desenhou como necessária após o ciclo de catástrofes que marcou o século XX.<sup>6</sup> O testemunho surge, a partir desses eventos, “sob o signo da sua simultânea necessidade e impossibilidade”: “de um lado, a necessidade premente de narrar a experiência vivida; do outro, a percepção tanto da insuficiência da linguagem diante de fatos (inenarráveis) como também – com um sentido muito mais trágico – a percepção do caráter inimaginável dos mesmos e da sua consequente inverosimilhança”.<sup>7</sup> Em decorrência disso, quaisquer anseios de se produzir uma história fria e primordialmente factual tornam-se pouco efetivos. Require-se, ao menos, um “desassossego empático” para se lidar com temas tão sensíveis.<sup>8</sup>

Sobre o segundo ponto: o caráter “inenarrável” componente do testemunho requer o esforço de reconhecimento e enlace historiográfico, até mesmo como forma de estabelecer justiça quanto a possíveis anseios revisionistas de caráter negacionista – como houve como o Holocausto, por exemplo. No final das contas, a consideração dessa documentação testemunhal é importante

---

5 Cf. MARINO, Ian; SILVEIRA, Pedro; NICODEMO, Thiago. Dever de memória e justiça no mundo digital: comentários sobre a experiência da Covid-19. In: PAULILO, André Luiz; HADLER, Maria Sílvia Duarte (org.). *História, Memória & Territorialidades*. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

6 SELIGMANN-SILVA, Márcio. Reflexões sobre a memória, a história e o esquecimento. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 65.

7 *Idem*. Apresentação da questão: a literatura do trauma. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura: o testemunho na Era das Catástrofes*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 46.

8 LACAPRA, Dominick. *Escribir la historia, escribir el trauma*. Buenos Aires: Nova Visión, 2005. p. 63.

na construção de uma história tão comprometida com critérios metodológicos quanto humana, desejosa de cumprir um dever de justiça para com as vítimas e com a sociedade.

Assim, pode-se dizer o testemunho é central na mobilização de políticas de reparação, pela determinação de responsáveis por crimes contra a humanidade e pela construção de consensos sociais convertidos em marcos por direitos humanos.<sup>9</sup> Em meio às inovações tecnológicas que possibilitavam a gravação de depoimentos em dispositivos portáteis, a ascensão da história oral na segunda metade do século XX harmonizou com as políticas de memórias de incentivo aos testemunhos, que se estenderam da denúncia dos abusos nazistas e outras práticas genocidas do século XX à luta por libertação colonial e à redemocratização de países que passaram por ditaduras baseadas na violação de direitos humanos.<sup>10</sup>

Na verdade, foi justamente o caráter comprobatório de documentações acerca de violações de direitos humanos que moldou a compreensão atual da relevância da preservação e do acesso a documentos sensíveis.<sup>11</sup> Essa história remete ao Tribunal de Nuremberg e se estende até a formulação de diretrizes internacionais pela Unesco e por outros órgãos multilaterais dos anos 1990 em diante, já com grande influência dos processos de estabelecimento de justiças de transição por países recém-ditatoriais, por exemplo.<sup>12</sup> Como afirma Antonio Quintana, autor do relatório *Políticas arquivísticas para a defesa dos direitos humanos* – pelo Conselho Internacional de Arquivos,

a ausência de documentos limita a capacidade de escolha, pois dificulta o hipotético trabalho que deveriam realizar os órgãos de justiça de transição. Os documentos que testemunham a violação

---

9 Cf. BEVERNAGE, Berber. Transitional Justice and Historiography: Challenges, Dilemmas and Possibilities. *MacQuarie Law Journal*, v. 13, p. 7-24, 2014.

10 Cf. HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

11 Cf. COELHO, Ana Cláudia dos Santos. Acesso aos arquivos e direitos humanos: legislação e boas práticas internacionais. *Revista do Arquivo*, v. 2, n. 5, p. 51-61, 2017.

12 MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. Arquivos e documentos reveladores de crimes contra a humanidade. *Revista do Arquivo*, n. 2, p. 2-5, 2016.

de direitos humanos devem ser conservados; ao menos as políticas imediatas em matéria de arquivos devem ser encaminhadas para se conseguir esse objetivo.<sup>13</sup>

O caso da redemocratização na Argentina é exemplar nesse sentido: os testemunhos das vítimas foram centrais na construção do relatório *Nunca Más!* na década de 1980, contribuindo não só com um consenso sobre a história da ditadura como para o estabelecimento de políticas de responsabilização de criminosos e de justiça de transição.<sup>14</sup> No Brasil, o acervo do projeto *Brasil: Nunca Mais!*, também é exemplar da luta pela preservação documental e da compreensão de seu acesso como um direito público. No caso, a digitalização e o uso de mídias digitais em seu funcionamento apenas reforçam os laços de relevância com o potencial das histórias narradas neste livro.<sup>15</sup>

A pandemia de COVID-19 é um evento catastrófico, de modo que aqueles que a viveram mais intensamente são as vítimas não só do novo coronavírus, mas também dos reflexos psicológicos e socioeconômicos dele derivados. Referimo-nos aos familiares de vítimas, aos que vivenciaram a agonia da espera e da precarização no atendimento hospitalar, aos desempregados, aos que não puderam seguir protocolos de prevenção por necessidade de submissão a atividades profissionais precarizadas e, claro, aos sobreviventes da doença. Alguns dos vestígios mais importantes da pandemia estão incrustados na vivência traumática desses protagonistas da perda, do medo, da desigualdade e do abandono. Por conta disso, grande parte das iniciativas de memória da COVID-19 vem buscando se aproximar do relato testemunhal como forma de recolhimento de evidências do período – tanto que Paulo Gajanigo e Rogério Souza apontaram haver uma “afinidade

---

13 QUINTANA, Antonio González. Políticas arquivísticas para a defesa dos direitos humanos. *Revista do Arquivo*, São Paulo, n. 5, p. 14, 2017.

14 Cf. SARLO, Beatriz. *Tiempo pasado*. Cultura de la memoria y giro subjetivo. Una discusión. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.

15 Cf. LAITANO, Bruno Grigoletti. Um acervo para a história (digital): a digitalização de documentos históricos através do projeto Brasil: Nunca Mais Digit@l. In: NICODEMO, Thiago; ROTA, Alesson; MARINO, Ian. *Caminhos das história digital no Brasil*. Vitória: Milfontes, 2022.

estética” entre o relato individual e a pandemia.<sup>16</sup> É o caso de diversas iniciativas deste livro, que em suas coletas alargaram as formas mais comuns de relatos de testemunho – oral e escrita – a fotografias, ilustrações, respostas de questionário, dentre outras.

Muitos projetos buscaram tornarem-se repositórios de testemunhos em um sentido mais amplo, sem recorte de público ou de localização, como *Cartografias da memória* (Capítulo 15) e *#MemóriasCovid19* (Capítulo 7). O primeiro construiu um mapa interativo de relatos orais, o que possibilita a visualização e a escuta da dimensão global da pandemia e de seus impactos sobre as pessoas. O segundo se abriu ao recolhimento de registros dos mais diferentes tipos, de desenhos de crianças a poemas tecidos no calor pandêmico por contribuintes de várias partes do mundo.

Outras iniciativas procuraram informações sobre agentes e ambientes específicos, cujas vidas foram afetadas de forma particular pelo vírus e pelas medidas de contenção adotadas. Alguns projetos coletaram testemunhos do isolamento social, já que a prática de quarentena vigorou durante tempo considerável – para os setores que a puderam cumprir. Quais seriam os relatos da quem se trancou em casa, alterando drasticamente a sua rotina, distanciando-se de amigos e familiares e absorvendo a avalanche de informações mórbidas nos noticiários? Iniciativas como *Testemunhos do Isolamento* (Capítulo 14) e *Relatos do cotidiano* (Capítulo 3) são exemplos de duas abordagens vindas do Rio de Janeiro, diferentes em termos estratégicos, mas com interesses finais similares. A primeira, amparada por um arquivo público, trabalhou através da coleta por formulários online. A segunda, ligada a estudos sociológicos e antropológicos, monitorou participantes de um grupo de Facebook, como uma espécie de diário da vida social no isolamento pandêmico.

---

<sup>16</sup> Cf. GAJANIGO, Paulo; SOUZA, Rogério de. A pandemia e o ordinário: apontamentos sobre a afinidade entre experiência pandêmica e registros cotidianos. *Revista Sociedade e Estado*, v. 36, n. 1, p. 37-60, 2021.

Outras iniciativas recortaram ainda mais em seus enfoques, como é o caso da maternidade, no acervo da iniciativa *As margens da pandemia* (Capítulo 8). Como as mães perceberam as dinâmicas na vida doméstica, marcada pelo cuidado da casa e de filhos – arquétipos de uma cultura que relegou a elas esse lugar –, quando o trabalho, a escola e o lazer foram todos transferidos para dentro de casa? Em outro caso, destaca-se atenção especial às escolas, na iniciativa *Escola em quarentena* (Capítulo 4), que busca compreender as impressões de diversos agentes da comunidade escolar sobre a implementação – ou, a não-implementação – do ensino remoto como réplica à suspensão do ensino presencial. Por fim, privilegiou-se até mesmo recortes institucionais, como no caso da comunidade da Fiocruz pela iniciativa *Arquivos da Pandemia*: (Capítulo 1), que procurou colher registros sobre a vida em uma das instituições de saúde mais importantes no combate da pandemia no país.

Se todas essas iniciativas têm em comum a busca pelo relato, as estratégias para a formação de cada acervo variam: utilizam-se formulários online, grupos em redes sociais, e-mail, técnicas de história oral, dentre outras abordagens, segundo o levantamento preliminar do projeto Coronarquivo, iniciativa do Centro de Humanidades Digitais-Unicamp dedicada ao monitoramento das iniciativas de memória da pandemia.<sup>17</sup> Ainda assim, todas as iniciativas do livro utilizam-se, em alguma medida, de meios digitais em sua atuação.

A coleta de testemunhos para a composição de acervos de eventos disruptivos recebe o nome *crowdsourcing*, e é uma boa forma de se descrever a prática de muitas das iniciativas de memória da COVID-19. Tal estratégia tornou-se muito comum em diversos campos depois da popularização da internet, e se traduz como a prática de angariar informações por um público online. O *crowdsourcing* pode ser entendido como

---

<sup>17</sup> Cf. CORONARQUIVO. *Dashboard*, Centro de Humanidades Digitais Unicamp. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZjZmNmUzMDItODUzNiooY-Tk5LTThjODktZGE4ZDYoYWwNiN2M3IiwidCI6ImloNzQxYTgyLTZiNmUtND-NhNSihZDZILTEwNDQrMTFhYWVWkNiJ9>. Acesso em: 15 dez. 2021.

mais uma das inúmeras facetas provenientes do mundo digital cuja presença vem abrindo novas percepções sobre as noções de coleta, acervo e preservação circunstanciada de evidências e memórias nato digitais. Com efeito, a popularização da internet e a multiplicação de dispositivos pessoais de registro e compartilhamento de conteúdo online implicam que se amplie as ferramentas de compreensão teórica e metodológica acerca da própria noção de “arquivo”, que se tensiona e modifica junto a outras transformações técnicas e sociais nas últimas décadas. Analisando o universo de coleções brasileiras online em blogs, sites e redes sociais, por exemplo, propusemos a categoria “arquivos informais digitais” como ferramenta de compreensão dessa transformação arquivística digital.<sup>18</sup> No caso, a incerteza quanto aos critérios e agentes envolvidos nesses acervos demanda esforços etnográficos para que se trabalhe com documentos cuja reposição resta em condições muito diversas daquelas conhecidas em arquivos formais, sejam públicos ou privados. O panorama registrado neste livro, deste modo, tem o potencial de revelar mais predicados dessa transformação arquivística, como a multiplicidade de estratégias utilizadas pelas lideranças das iniciativas vai mostrar.

O *crowdsourcing* foi adotado inicialmente na composição de coleções digitais de eventos traumáticos nos Estados Unidos, como o atentado de 11 de setembro de 2001 e a passagem do furacão Katrina por Nova Orleans, em 2005.<sup>19</sup> Entendeu-se ali o mesmo que pensaram as iniciativas de coleta deste livro: as pessoas são testemunhas do trágico e inesperado evento em questão e, possuindo as ferramentas de registro e cessão – como câmeras portáteis, *smartphones* e a internet – são as mais ideais contribuintes para um acervo democrático e de ampla

---

<sup>18</sup> MARINO, I.; SILVEIRA, P.; NICODEMO, T. Digital resources: digital informal archives in contemporary Brazil. *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*, 31 Mar. 2022. Disponível em: <https://oxfordre.com/latinamericanhistory/view/10.1093/acrefore/9780199366439.001.0001/acrefore-9780199366439-e-993>. Acesso em: 12 maio 2022.

<sup>19</sup> Cf. MARINO, Ian K.; SILVEIRA, Pedro T. da Silveira; NICODEMO, Thiago L. Arquivo, memória e Big Data: uma proposta a partir da Covid-19. *Cadernos do Tempo Presente*. v. 11, n. 1, p. 90-103, 2020.

capilaridade. De fato, as amostras dos acervos e as breves análises de composição via *crowdsourcing* nos capítulos seguintes revelam os pontos fortes dessa estratégia.

## Encontrar os protagonistas

Pode-se considerar que os protagonistas de um evento são aqueles que o vivem mais intensamente. Os protagonistas da COVID-19, portanto, são os mais afetados pela doença e pelos seus desdobramentos, ou seja, os setores mais precarizados, que não puderam aderir à quarentena, que perderam empregos, que moram nas ruas ou que se encontram excluídos da agenda de cuidados do Estado. Esse contingente populacional se encontra majoritariamente nas periferias, no chamado Sul Global, incluindo também as populações marginalizadas de países desenvolvidos. Essa percepção permite avançar mais um passo no argumento de que o testemunho traumático é uma ferramenta de recolocação dos eixos narrativos da história.

A pandemia é um fenômeno global, mas, desafiando tendências historiográficas eurocêtricas, imperialistas ou que simplesmente centralizem países ricos,<sup>20</sup> a história da COVID-19 deve ser uma história contada a partir das periferias. A relevância da coleta e da preservação de relatos e vestígios sobre e dos que mais sofreram, assim, é fundamental como uma forma de reposicionamento na forma de se produzir e contar histórias. Aos anseios da chamada história global, que desde a década de 1990 articula importantes apelos a esse contrapeso, a pandemia pode ser uma ocasião oportuna: afinal de contas, as histórias mais importantes deste evento estão nas periferias – e especialmente no Brasil, dado o triste protagonismo do país na catástrofe. Igualmente, alguns dos arquivos mais importantes da pandemia também estão por aqui. Com efeito, para que se mantenha a soberania sobre essas possíveis histórias, deve haver cautela, porque os desafios são inúmeros.

---

<sup>20</sup> Cf. CONRAD, Sebastian. *Historia Global - Agendas y Perspectivas*. In: RIOJAS, Carlos; Rinke, Stefan (org.). *Historia Global: Perspectivas y Tensiones*. Stuttgart: Verlag Hans-Dieter Heinz, 2017.

Por mais que o *crowdsourcing* tenha certa vantagem em termos de capilaridade e dinamicidade via internet, não se pode creditar a ele toda a esperança de solução a uma forma efetivamente mais democrática e profunda de coleta para futura preservação arquivística.<sup>21</sup> Afinal de contas, para que essa estratégia funcione há alguns pré-requisitos: possibilidade de acesso à internet, habilidade de manejo das ferramentas digitais, contato com as chamadas de contribuição, hábitos digitais e interesses em responder a questionários, por exemplo. Essas demandas acabam restringindo o grupo de contribuintes de acervos muito voltados à coleta voluntária online. As próprias iniciativas já apontam, com análises preliminares de seus acervos, para um número reduzido de idosos e crianças pequenas, o que indica a determinação dos hábitos digitais, por exemplo. Há também participação majoritária de pessoas com nível de escolaridade relativamente alto, o que aponta para possíveis desigualdades socioeconômicas – refletidas no acesso à infraestrutura na capacidade de acesso a essas coletas. O problema dessa limitação é o risco de que os setores mais afetados pela pandemia sejam justamente os menos representados nos arquivos – o que impediria a construção de uma história justa da catástrofe.

Muitos dos projetos de memória pelo país perceberam rapidamente essas limitações, e seus capítulos mostram as diferentes estratégias que adotaram para superá-las e construir acervos mais representativos. Grande parte das iniciativas já citadas recorreu a campanhas de divulgação em grupos específicos para suprir lacunas de grupos específicos em seus acervos. Além delas, o projeto *Documentando a Experiência da COVID-19 no Rio Grande do Sul* (Capítulo 13), por exemplo, adotou métodos da história oral mirando polos específicos, para compor o acervo em parceria com a estratégia do preenchimento voluntário de formulários online. O *Projeto Reflexões* (Capítulo 18), por sua

---

<sup>21</sup> Cf. MARINO, Ian. Solucionismo digital? Convide a uma reflexão autocrítica”. “Digital solucionismo? Invitation to self-critical reflection. In: MARINO, Ian; Nicodemo, Thiago; ROTA, Alesson. *Humanidades Digitais no Brasil: reflexões e experimentos*. Vitória: Milfontes, 2022.

vez, mirou moradores da região mais afetada pela pandemia na cidade de São Paulo para colher relatos, a fim de proporcionar representatividade a este setor particular.

Outros casos marcante dessa luta pelo registro de situações e personagens que poderiam ficar para trás é o das coletas em comunidades indígenas, como demonstrado pelos projetos *Quarentenas Amazônicas* (Capítulo 12) e *Fala Parente! Relatos indígenas sobre a COVID-19* (Capítulo 2). O acesso a depoimentos de habitantes de comunidades muitas vezes sem internet estável envolveu esforços colaborativos de muitos, além do emprego de estratégias provenientes da história oral, da antropologia e da comunicação. Frequentemente, os recursos desses acervos serviram como ferramenta de luta imediata: não só como arquivos para o futuro, mas como provas do abandono sanitário aos quais foram submetidos esses setores sociais brasileiros.

As estratégias na formação dos acervos digitais da COVID-19 no Brasil vão além do *crowdsourcing*. É rico notar como a variedade de agentes na liderança das iniciativas somente contribui com um panorama mais amplo das possibilidades de coleta. Analisando esse processo em conjunto, pode-se dizer que se trata de um caso exemplar nas humanidades digitais, na medida em que articula a interdisciplinaridade em nome do tensionamento e da crítica das ferramentas digitais com finalidades socialmente valiosas.

### **Da riqueza documental à incerteza da preservação**

As iniciativas de memória da COVID-19 no Brasil vêm coletando uma variedade de documentos, como relatos escritos e orais, poesias, desenhos, fotografias e vídeos. Alguns projetos recortam seus acervos pelo tipo de documento, visando aprimorar as suas coleções e os métodos envolvidos na apreciação crítica desses materiais. É o caso do projeto *Labium Imagem na Quarentena* (Capítulo 10), que cultiva um acervo fotográfico que permite discussões teóricas e metodológicas sobre o fotojornalismo, para além do potencial de análises contido em

sua coleção. O podcast *Diários da Quarentena* (Capítulo 5), por sua vez, recorta relatos orais como seu foco, buscando, ao mesmo tempo em que forma seu acervo, implementar um programa de divulgação de amplo impacto, por meio de agregadores de áudio populares. Por fim, o projeto *Diários de Emergência COVID-19* (Capítulo 11), que focaliza documentos escritos, mistura a coleta de registros ao ativismo social vinculado a práticas da literatura e do jornalismo – buscando tanto públicos de periferias urbanas no Brasil quanto brasileiros residentes no exterior. Outros repositórios procuram arquivar notícias, como é o caso de *Educação na imprensa online* (Capítulo 9) e *Timeline Covid-19* (Capítulo 6). Esses dois casos também mostram como, apesar da grande presença do *crowdsourcing*, da história oral e de outras técnicas de coleta com público, há também iniciativas que partem da pesquisa e da raspagem de dados para a composição de seus acervos, ricos repositórios para pesquisadores das mais diferentes áreas.

Nos capítulos que seguem, as iniciativas apresentam aos leitores amostras de seus acervos, nas quais se pode perceber a variedade de tipos documentais e a riqueza de conteúdo memorial, patrimonial e arquivístico envolvida nas suas coleções. Depois de conhecida a envergadura desses acervos, bem como o interesse pelo compartilhamento dos seus bastidores, fica uma sensação de que não seria possível que se escrevesse uma boa história da pandemia sem acessar o fruto do trabalho desses projetos. Entretanto, como já pontuado, para além da coleta e da possibilidade de acesso a esses materiais hoje, é fundamental que se questione sobre as circunstâncias para a sua preservação. Em se tratando de documentos de interesse público, nada mais importante do que a criação de instâncias de guarda soberanas e de acesso aberto. Todavia, por se tratar de uma massa documental digital, a situação atual é um tanto complexa, como se permite ver a partir das inúmeras preocupações confessas pelas próprias iniciativas em suas reflexões.

Nos últimos 20 anos, muitos pesquisadores têm apontado para uma espécie de paradoxo envolvendo a memória e o arquivamento

digital.<sup>22</sup> Por um lado, nunca se guardou tanto e tão facilmente: um simples clique salva centenas de páginas em computadores pessoais ou nuvens, sem o infortúnio de ter que arrumar espaço seguro para calhamaços impressos sem fim dentro de casa. Por outro lado, nunca tivemos tão pouco controle sobre a preservação desses documentos e memórias. Quem já não passou pela frustrante experiência de, ao tentar abrir algum arquivo, receber a infeliz notificação de que “o arquivo está corrompido”, sem saber do que se trata? Não conhecemos bem os meandros codificados que operam por detrás do comando que enviamos para que uma máquina abra o documento que desejamos enxergar.<sup>23</sup>

Além disso, uma marca das tecnologias é a sua constante transformação, que vemos tanto nos pedidos por atualização de softwares quanto nos lançamentos quase rotineiros de novos e instigantes aparatos de todo tipo. De repente, formatos de muitos arquivos digitais tornam-se obsoletos, ficando muito difícil acessá-los. A insegurança na preservação digital também passa pelos responsáveis pela sua preservação. A maioria dos recursos que utilizamos todo dia no mundo digital pertence a empresas privadas que não são primordialmente arquivos, mas acabam cumprindo essa função em decorrência das suas utilidades principais – seja a escrita de textos ou a postagem de fotos em espaços sociais virtuais. Todas essas preocupações se estendem para as iniciativas que compõem este livro.<sup>24</sup> Quais os formatos dos registros coletados, sejam eles imagéticos, escritos ou audiovisuais? Onde esses materiais estão depositados? Como as iniciativas que se utilizam francamente de redes sociais ou serviços de formulários online

---

22 Cf. ROSENZWEIG, Roy. *Clio Wired: the future of the past in the digital age*. Nova Iorque: Columbia University Press, 2011.

23 MOSS, Michael. Opening Pandora's Box: What is an archive in the digital environment? In: CRAVEN, Loise. *What are Archives?* Burlington: Ashgate, 2008, p. 71-89.

24 Bem como para toda a circunstância pandêmica, já que registros das mais imediatas notícias se encontram em tweets, relatos cotidianos de quem pôde cumprir isolamento em casa encontram-se em postagens de redes sociais, o histórico de corridas de entregadores de aplicativo precarizados, que somente aumentou durante a pandemia, se encontra nos próprios servidores das empresas em questão. Nada garante a preservação permanente desses vestígios, sobretudo se considerarmos que as próprias instâncias de armazenamento vêm agindo para apagar alguns deles, mesmo que sob justificativa do combate a fake news.

privados, por exemplo, podem garantir segurança na preservação e soberania na tutela de suas ricas coleções? Todas as iniciativas que ajudaram na construção deste livro juntam-se na reflexão e nos esforços para que se respondam essas questões, que são tão ou até mais vitais do que os desafios da coleta.

A luta pela segurança na preservação digital passa por condições infraestruturais e pela implementação de políticas de gestão de dados. Em relação à infraestrutura, é importante que se providencie repositórios digitais confiáveis (a sigla “RDC-Arq”), que articulem versões documentais salvas em servidores e nuvens. A implementação dessas estruturas é o primeiro passo para que se avance para repositórios mais seguros e soberanos do que o uso de redes sociais ou discos rígidos e nuvens pessoais. Em relação à política de dados, deve-se projetar normatizações mínimas para a indexação de metadados, padrões de formato e uma rotina de verificação de integridade e de atualização, como forma de prevenir a perda de documentos por conta da obsolescência de formatos e da simples desorganização no manejo de arquivos digitais muito abundantes.

O risco é que não se efetive a garantia de acesso seguro tanto a esses documentos como aos seus devidos contextos, descumprindo o já mencionado direito de acesso – tão relevante em casos de eventos traumáticos. “Para garantir o valor testemunhal de um documento”, argumenta Martins, “não basta conservá-lo fisicamente, é preciso manter preservado o seu contexto de produção”.<sup>25</sup> Nesse sentido, a pulverização de critérios preocupa, na medida em que pode gerar “dúvidas em relação à capacidade das infraestruturas arquivísticas permanentes e profissionais, próprias de qualquer Estado”.<sup>26</sup>

Entretanto, o custo e o grau de especialização envolvido na implementação dessas medidas não pode ser minimizado, em

---

<sup>25</sup> MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. Arquivos e documentos reveladores de crimes contra a humanidade... *Op. cit.*, p. 3.

<sup>26</sup> NAZAR, Mariana. Arquivos e Direitos Humanos: entre a História, a Memória e a Justiça. *Revista do Arquivo*, n. 5, p. 33, 2017.

termos de infraestrutura e da experiência dos gestores de dados envolvidos. Nesse sentido, é preocupante o panorama da preservação em questão, se levarmos em conta que a maioria dos projetos que compõe este livro têm trabalhado em condições relativamente precárias – estudantes e pesquisadores sem bolsa, ausência de apoio técnico especializado e experiente, voluntários etc. Com efeito, não se trata de uma situação inédita, mas de uma continuidade a uma história de digitalização e gestão de arquivos digitais marcada pela precariedade e pela inconsistência não só no Brasil, mas na América Latina e em outras periferias globais.<sup>27</sup> O processo de digitalização de arquivos no Brasil sofre pela inconsistência e descontinuidade das políticas de digitalização. O panorama de arquivos digitais informais na web, também, encontra-se disperso e carece de uma sistematização mais rigorosa quanto ao conhecimento dos acervos e, talvez principalmente, quanto à sua preservação.<sup>28</sup> Infelizmente, já se percebe que tais problemas já tem produzido novas desigualdades, em que regiões com mais recursos tornam-se agenciadores e gestores de arquivos de periferias, como ocorre com muitas coleções regionais latino-americanas que se encontram sob a tutela de grandes universidades ou institutos de pesquisa da Europa ou dos Estados Unidos, por exemplo.<sup>29</sup>

## Responsabilidade e compromisso público

Há movimentos para se acelerar a implementação de práticas arquivísticas mais alinhadas às demandas da preservação digital – em particular em periferias globais. Um bom exemplo de iniciativa multilateral é a recomendação da Unesco a respeito da

---

<sup>27</sup> MARINO, Ian; NICODEMO, Thiago. Archivo digital en América Latina a escala global. Digital archive in Latin America on a global scale. In: RIOJAS, Carlos; RINKE, Stefan (org.). *América Latina y La Historia Global: Repensar el Mundo*. Buenos Aires: Clacso, 2022.

<sup>28</sup> Cf. MARINO, Ian; SILVEIRA, Pedro; NICODEMO, Thiago. *Digital Resources: Digital Informal Archives in Contemporary Brazil*. *Oxford Research Encyclopedia of Latin American History*, 2022.

<sup>29</sup> GÖBEL, Barbara; MÜLLER, Christoph. Archivos en movimiento: ¿Qué significa la transformación digital para la internacionalización de los archivos?. In: GÖBEL, Barbara; CHICOTE, Gloria. *Transiciones inciertas: archivos, conocimientos y transformación digital en América Latina*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2017.

salvaguarda da documentação da COVID-19 através do *Memory of the World Programme*,<sup>30</sup> que procura “transformar a pandemia numa possibilidade de implementar mais recursos culturais” em arquivos mundo afora.<sup>31</sup> Trata-se de pensar na pandemia como uma forma de catalização de esforços para um maior apoio ao patrimônio documental, em especial nato-digital. Isso decerto vale para as iniciativas componentes deste livro e suas similares, mas não só. Tais preocupações são vitais para arquivos públicos – os efetivos formuladores de políticas de arquivamento e de infraestrutura para coleções históricas de interesse público. A preocupação de Quintana, portanto, é importante na contemplação do arquivamento digital da COVID-19, já que “descontextualizados, a maioria dos documentos que testemunham violações de direitos, repressão ou violência política perdem grande parte de seu valor”.<sup>32</sup>

Novamente, destacamos como a problemática expressa na trajetória das iniciativas presentes neste livro possui uma força que vai além da fundamental importância que elas carregam na luta pela guarda de vestígios da COVID-19: trata-se de casos paradigmáticos de novas formas de se lidar com a memória social e o seu arquivamento utilizando mídias digitais – e, levando em conta a envergadura do evento disruptivo em questão, mesmo a restrição ao Brasil não exclui o fato de se tratarem de casos que expressam a transformação na noção de arquivo como um fenômeno global. Neste sentido, a temática da preservação digital não se dirige restritamente aos vestígios da pandemia coletados pelas iniciativas

---

30 MEMORY of the World. *Unesco*. Disponível em: <https://en.unesco.org/programme/mow>. Acesso em: 17 jun. 2021.

31 DOCUMENTARY and digital heritage: resources to face COVID-19. *Unesco*. Disponível em: <https://en.unesco.org/news/documentary-and-digital-heritage-resources-face-covid-19>. Acesso em: 17 jun. 2021. Conferir também: TURNING the threat of COVID-19 into an opportunity for greater support to documentary heritage. *Unesco*. Disponível em: <https://en.unesco.org/news/turning-threat-covid-19-opportunity-greater-support-documentary-heritage>. Access: 17 jun. 2021. Ver também: DECLARACIÓN del *Unesco*: Convirtiendo la amenaza del COVID-19 en una oportunidad para un mayor apoyo al patrimonio documental. International Council on Archives. Disponível em: <https://www.ica.org/es/declaracion-del-unesco-convirtiendo-la-amenaza-del-covid-19-en-una-oportunidad-para-un-mayor-apoyo>. Acesso em: 17 jun. 2021. Tradução nossa.

32 QUINTANA, Antonio González. Políticas arquivísticas para a defesa dos direitos humanos... *Op. cit.*, p. 16.

autoras dos capítulos seguintes, mas é uma preocupação para a qual a situação presente, nas suas recentes trajetórias, ajuda a iluminar. Afinal de contas, certamente não serão poucas as experiências de coleta e arquivamento de memórias em meios digitais que, navegando em outros temas e recortes, vêm enfrentando desafios de preservação semelhantes aos percebidos pelos projetos aqui reunidos.

Além disso, a urgência da pandemia de COVID-19 desafia governos e órgãos públicos a lidarem com as temporalidades arquivísticas em um período de exceção, em que tramitações documentais usualmente correntes podem ser, mesmo que por cautela, consideradas dignas de preservação intermediária ou até mesmo permanente. Igualmente, em se tratando de respostas emergenciais a um evento limite de interesse público, os órgãos estatais possuem a responsabilidade de cumprir uma agenda de informação pública, a partir da transparência de dados importante no combate à pandemia, como números de infectados e mortos, leitos hospitalares disponíveis e relatórios de gastos públicos no combate à COVID-19.

Ainda que essa temática seja central, pouco se discutem as suas implicações para a história e a memória – ao se comparar com as muitas questões derivadas dos debates sobre o *crowdsourcing*, a história oral e o testemunho, por exemplo. Essa seletividade analítica pode estar relacionada ao estabelecimento de uma “política da memória global”, apontada por Andreas Huyssen, que desde os anos 1980 tem privilegiado olhares ao testemunho individual como grande eixo indiciário à compreensão e ao estabelecimento de consensos reparatórios de eventos traumáticos.<sup>33</sup> Se foi assim com o Holocausto, com outros genocídios, com ditaduras violadoras de direitos e com o atentado de 11 de setembro de 2001, este já veiculado no meio digital, é de se esperar que também o seja com a COVID-19.

Entretanto, a pandemia é um evento diferente da guerra ou de uma ditadura, como apontaram Gajanigo e Souza: não há inimigos

---

33 HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente...* Op. cit.

claros a se apontar, nem mesmo aprendizados imediatos a se retirar de relatos que tendem a ser personalizados e autorreflexivos de um cotidiano de isolamento.<sup>34</sup> Em se tratando de um problema de saúde pública, uma massa documental de importante potencial historiográfico deve contemplar registros da administração estatal, porque ali é que residem evidências de interesse público da boa ou má condução governamental. Neste sentido, é importante que a contemplação da memória digital da pandemia de COVID-19, no Brasil e em todo o mundo, inclua o questionamento de como órgãos estatais e, em especial, arquivos públicos, vem pautando as agendas de arquivamento e abertura de dados durante a pandemia.

Alguns arquivos estatais brasileiros, como o Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) e o Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), vêm promovendo medidas para declarar o interesse histórico, e, portanto, a proibição de eliminação em cadeias documentais relacionadas com a pandemia. No caso do APERS, declarou-se acerca da documentação decorrente da pandemia que a “sua proteção está sob responsabilidade do Estado em razão do seu valor administrativo, histórico, de interesse público e social, já que a destruição indiscriminada de documentos pode acarretar prejuízos irrecuperáveis à Administração Pública e à História”. Na prática, estabeleceu-se no âmbito do arquivo um “novo corte cronológico a partir de 01 de janeiro de 2020 até data final a ser futuramente fixada”, que tem por objetivo “preservar todos os documentos produzidos e recebidos durante este período, sejam físicos, eletrônicos, digitais e/ou nato digitais”.<sup>35</sup>

A mesma percepção se deu no âmbito do APEESP, propondo protocolos de salvaguarda que incluem a documentação nato-digital, produzida nos sistemas de gestão governamentais, tais como o Projeto São Paulo Sem Papel,<sup>36</sup> mas também a

---

34 GAJANIGO, Paulo; SOUZA, Rogério de. A pandemia e o ordinário... *Op. cit.*

35 SIARQ-RS conquista normativas voltadas à preservação de documentos públicos na pandemia. *Arquivo Público*, 2020. Disponível em: <https://www.apers.rs.gov.br/siarq-rs-conquista-normativas-voltadas-a-preservacao-de-documentos-publicos-na-pandemia>. Acesso em: 17 jun. 2021.

36 PROJETO São Paulo Sem Papel. *Estado de São Paulo*. Disponível em: <https://www>.

documentação ordinária produzida em papel. Somando ambas, incluem-se ações de comunicação e campanhas institucionais; atos normativos; contratações emergenciais; documentos técnicos; estatísticas de servidores afetados pela pandemia; gastos realizados no combate à COVID-19 e seus efeitos; pedidos de acesso à informação sobre a pandemia; planos, programas e projetos; políticas públicas; prontuários de pacientes afetados pelo coronavírus; registros de doações recebidas; registros de repasses de recursos do governo federal; termos de cooperação e convênios; dentre outros. Complementarmente, também deve-se atentar para os comitês e centros de gerenciamento de crise e de contingência que existem nos estados e foram exclusivamente concebidos para o enfrentamento à pandemia e, pelo seu caráter efêmero, são mais suscetíveis a perda ou eliminação. Por fim, os arquivos vêm trabalhando pela catalogação facilitada dessa documentação, a partir da criação de tags simplificadas em sistemas de gestão documental nato-digital, como “COVID-19”, e da disponibilização no Portal da Transparência.

Para além do aferimento imediato do combate à COVID-19, tais dados são importantes registros históricos, porque permitem tanto estabelecer uma marcação cronológica da pandemia quanto identificar variáveis e agentes responsáveis pela catástrofe ocorrida no Brasil – que, embora possua apenas a sexta maior população mundial, ocupava a segunda posição em número absoluto de mortos pela pandemia em junho de 2021.<sup>37</sup> Os arquivos históricos estatais possuem a importante missão de estabelecerem políticas de gestão de documentos digitais que permitam não só a abertura, mas a efetiva guarda dos dados mais importantes no período. Isso se desdobra não só para a sua documentação, mas para a capacidade de provisão de infraestrutura e políticas de arquivamento digital que apoiem as muitas iniciativas informais que há pelo país, das quais as colaboradoras deste livro são exemplares representantes. Sem isso, será impossível que se conte a história da pandemia, incluindo nela

---

spsempapel.sp.gov.br/. Acesso em: 17 jun. 2020.

<sup>37</sup> Cf. MORTALITY Analyses. *John Hopkins University*. Disponível em: <https://coronavirus.jhu.edu/data/mortality>. Acesso em: 8 jun. 2021.

o dever de memória de prestar contas com as famílias das vítimas e com toda sociedade, com justiça e comprometimento com o interesse público.

\*\*\*

Quando começamos a observar o panorama de arquivamento da COVID-19, estávamos comprometidos com a reflexão de o que pode ser a história, enquanto campo do conhecimento, no mundo digital. Os primeiros contatos com projetos de memória digital da pandemia se deram pouco depois de seu início no Brasil, na primeira metade de 2020. Conforme tomávamos conta, com o resto do país, da dimensão da tragédia que estávamos vivendo – e ainda estamos quando escrevemos estas linhas –, buscamos contato com outras pessoas, pesquisadores acadêmicos ou não, que vinham lutando para construir meios de coleta e preservação de memórias da COVID-19. Nos últimos meses de 2020 conseguimos nos reunir remotamente com algumas lideranças desses projetos de arquivamento digital da pandemia. Em 2021, procuramos estender ao máximo essa rede de contatos, para além de nossos limites institucionais, disciplinares, regionais e afetivos. A possibilidade de receber as contribuições dessas lideranças neste livro nos enche de esperança, necessidade vital para que possamos, tomara, superar a catástrofe pandêmica. Agradecemos profundamente às autoras e aos autores por participarem do livro, bem como às equipes que participaram da construção desses projetos fundamentais.

Ainda que os capítulos que seguem sejam muito bem representativos, eles não esgotam a (felizmente) longa lista de pessoas e de iniciativas que vêm lutando pela memória da COVID-19 no Brasil. Sabemos que há projetos muito ricos e com muito a dizer que não estão presentes neste livro, mas não haveria como incluir todos nestas páginas. No entanto, reconhecemos a grandeza desses projetos, componentes protagonistas da base de dados do Coronarquivo, que vai muito além deste livro. Procuramos

desde meados de 2020 mapear, monitorar e categorizar os acervos e as estratégias das iniciativas de memória do país, de modo a contribuir com a compreensão dessa constelação de projetos e possibilitar a pesquisadores e curiosos uma forma de acesso de amplo alcance. São parte do Coronarquivo planilhas, dashboards, artigos, aulas, entrevistas, conversas e muito aprendizado sobre a prática das humanidades digitais. Agradecemos, portanto, a todos os colegas colaboradores do Centro de Humanidades Digitais-Unicamp pela possibilidade de levar o projeto adiante, em especial aos diretamente envolvidos: Aldair Rodrigues, Alesson Rota, Amanda Montesino, Danilo Mendonça, Josianne Cerasoli, Leonardo Concentino, Marcella Albaine, Márcio Franco, Pedro Telles da Silveira, e Pedro Terres.

Esperamos que este livro possa contribuir com a luta por uma história justa da pandemia de COVID-19 a partir do Brasil: que se possa desdobrar em iniciativas de engajamento político, apontando os responsáveis pela catástrofe no país e trazendo algum conforto para as vítimas, para que elas ao menos se vejam representadas em acervos criativamente talhados no calor do momento. Desejamos, também, que as histórias relatadas nas páginas seguintes possam levar a reflexões teóricas e metodológicas relevantes, em especial quanto à sensibilidade dos vestígios de um acontecimento tão sombrio quanto extenso – e como as ferramentas digitais utilizadas para seu arquivamento reverberam em uma dialética entre a riqueza criativa e a fragilidade de salvaguarda permanente. Reforçamos com admiração e agradecimento, por fim, a paixão, a dedicação e a coragem que emanam por detrás dos relatos reflexivos que vêm adiante, que nos lembram que a luta dos bastidores deve ser reconhecida, porque histórias não se contam sozinhas